

Tendências e dilemas da antropologia norte-americana: sobre a história do Instituto de Antropologia Social da Smithsonian Institution e sua presença no Brasil*

Regina Érika Domingos de Figueiredo

Universidade Estadual de Campinas

RESUMO: Este artigo trata da história do Instituto de Antropologia Social da *Smithsonian Institution*, uma agência responsável pela cooperação de pesquisadores norte-americanos com instituições latino-americanas no campo das ciências sociais, entre 1943 e 1952. Considerando suas conexões com a conjuntura geopolítica do período – marcada pelos esforços de guerra, pela Política da Boa Vizinhança e pelo investimento em programas de assistência técnica e desenvolvimento – a trajetória do instituto expressa as interfaces entre ciência e política e expõe as tensões entre pesquisa básica e aplicada. As atividades, tomadas de posição e negociações da equipe do Instituto também ilustram algumas das tendências e alguns dos dilemas da antropologia americana do pós-Segunda Guerra. Do mesmo modo, o programa de pesquisa seguido nos conta sobre a agenda da disciplina no continente. Os antropólogos e sociólogos da Smithsonian atuaram nas áreas de ensino e pesquisa no México, no Peru, na Colômbia e no Brasil, mas este trabalho aborda o convênio bilateral com a Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE: antropologia social, política norte-americana de assistência técnica, estudos de comunidade.

É difícil não reconhecer que, no geral, o cenário acadêmico nos Estados Unidos foi consideravelmente afetado pela Segunda Guerra Mundial

(1939-45), pela preocupação com a segurança nacional e pela reorientação da política externa norte-americana que se seguiu ao desfecho do conflito bélico. A entrada dos Estados Unidos na guerra, em fins de 1941, favoreceu o recrutamento de especialistas e a mobilização de cientistas para colaborar com as agências do governo. Evidentemente, algumas áreas de pesquisa aplicada foram mais requisitadas, destacando, por exemplo, aquelas ligadas ao desenvolvimento de armamentos e de tecnologia médica. Entretanto, ainda que a contribuição da “*big science*” tenha sido muito mais acentuada, também os institutos voltados para a pesquisa básica tiveram suas atividades afetadas pelos esforços de guerra.

A *Smithsonian Institution*/SI,¹ por exemplo, instituição que corresponde a um complexo de museus e centros de pesquisa em áreas como ciências naturais, geografia e etnologia, comprometeu-se em organizar e disponibilizar as informações estratégicas e o conhecimento especializado acumulado sobre regiões, meio ambiente, povos e recursos naturais que poderiam ser valiosos do ponto de vista geopolítico e militar. No relatório anual da SI de 1943, o secretário da instituição na época, C. G. Abbot, declara que boa parte do quadro de funcionários está se dedicando em tempo integral a projetos relacionados à guerra e explica que:

(...) muito da contribuição da Instituição é de natureza indireta, já que por razões óbvias, uma organização só pode conduzir o trabalho para o qual seus membros têm o treinamento e a experiência exigidos. Na guerra total, no entanto, o conhecimento correto de povos e de lugares obscuros e outros temas de interesse principalmente acadêmico em tempos normais, de repente, tornam-se de vital importância para o Exército e a Marinha. No fornecimento de algumas destas informações, urgentemente necessárias e frequentemente difíceis de obter, consiste a maior

contribuição da Instituição (*Annual Report of the Board of Regents of the Smithsonian Institution*, 1944, p. 2).

O envolvimento da SI foi coordenado por um Comitê de Guerra organizado internamente que, entre outras atribuições, era responsável pela organização de listas com nomes de especialistas, informações sobre as pesquisas realizadas, as áreas geográficas onde foram conduzidas as pesquisas de campo, a existência de mapas e fotografias etc. Tais listas abarcavam todos os campos científicos e eram fornecidas às agências de guerra.² A *Smithsonian* também colaborava com o *Ethnogeographic Board* que havia sido estabelecido conjuntamente pelo Conselho Nacional de Pesquisa, pelo Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais e pelo Conselho Americano de Sociedades de Ensino e concentrava as funções de criação de redes científicas, de organização de informações etnográficas – destacando os estudos de área (*area studies*) – para agências militares, e de publicação de relatórios (Annual Report, 1944; Henson, 2000).

Neste cenário favorável ao ativismo de cientistas e acadêmicos, os antropólogos emergem como personagens atuantes. É bem conhecido o envolvimento, durante a guerra, de nomes do *establishment* antropológico dos Estados Unidos como Margaret Mead, Ruth Benedict, Clyde Kluckhohn, Geoffrey Gorer, Cora Du Bois e George Murdock com instituições militares e agências de inteligência como o *Office of Strategic Service*, *Office of War Information* e *War Relocation Authority* – esta última responsável pelos campos onde foram confinados os japoneses e americanos de origem nipônica vivendo nos Estados Unidos (Yans-McLaughlin, 1986; Bashkow, 1994). Menos visível foi a atuação dos antropólogos sem renome e dos recém iniciados na disciplina. Em uma carta escrita em 1942, o antropólogo Charles Wagley refere-se aos “milhares de antropólogos trabalhando agora em Washington”,³ o que parece uma estimativa

bastante exagerada. George Foster, por exemplo, menciona 150 antropólogos comprometidos com os esforços de guerra. No entanto, devemos levar em conta que alguns, como o próprio Wagley, estavam a serviço do governo no exterior.

De todo modo, com o fim do conflito mundial, enquanto alguns dos antropólogos que tinham se engajado, como Clyde Kluckhohn e George Murdock, por exemplo, continuaram apostando nos contatos feitos em Washington para dar continuidade a seus projetos de pesquisa,⁴ a maioria dos cientistas retornaram às suas atividades ordinárias nas universidades e nos institutos (Diamond, 1992; Bashkow, 1994; Price, 2004).

Entretanto, a vinculação da academia com a política externa dos Estados Unidos não se deu somente através da mobilização para a guerra. O desenvolvimento do campo da cooperação internacional e assistência técnica – o qual também não deixou de ser impulsionado pelo contexto bélico – funcionou como um importante catalisador de cientistas e pesquisadores. Os programas cooperativos patrocinados pelo governo ofereciam aos institutos de pesquisa e especialistas que com eles colaborassem a vantagem de contar com financiamento para projetos no exterior e forneciam a justificativa nobre de contribuir para a expansão das relações culturais e do intercâmbio científico entre nações. De fato, além dos investimentos econômicos e da intensificação do comércio hemisférico, o aparato estatal investia em projetos nos campos da cultura, educação, ciências e saúde, por meio de agências como o Comitê Interdepartamental de Cooperação Científica e Cultural do Departamento de Estado e o Escritório do Coordenador de Assuntos Interamericanos.⁵

Dentro do espírito da “Política da Boa Vizinhança”, as duas organizações acima citadas financiavam na América Latina projetos sociais, técnicos e científicos tanto em áreas de interesse estratégico imediato como programas sanitários, desenvolvimento da produção da borracha e da

aviação civil e extração de minérios estratégicos, quanto em áreas que deveriam atender a interesses de longo prazo como observações magnéticas e sismológicas, operação de estações de rádio-sonda e programas de extensão agrícola. As agências também concediam patrocínio a atividades no âmbito das ciências básicas e da cultura como investigações antropológicas, estudos sobre sistemas educacionais, instalação de bibliotecas, treinamento de especialistas e concessão de bolsas de estudo.⁶

Este contexto tornou possível aos pesquisadores capitalizar a oferta de recursos para seus próprios projetos, como no caso do antropólogo Julian Steward que conseguiu, ainda em 1942, o apoio do Departamento de Estado para criar dentro da *Smithsonian Institution* um Instituto de Antropologia Social/IAS, cuja principal política era enviar cientistas sociais para desenvolver atividades de ensino e pesquisa em vários países latino-americanos. A *Smithsonian*, por sua vez, já mantinha uma tradição de colaboração profissional com organizações científicas através do continente americano, organizando expedições e promovendo explorações botânicas, zoológicas e arqueológicas no México e Américas Central e do Sul. Uma vez que seus objetivos tinham caráter cooperativo mais de longo prazo, o Instituto conseguiu sobreviver à guerra, encerrando suas operações somente em 1952.

A breve história do Instituto de Antropologia Social da *Smithsonian Institution*

O Instituto de Antropologia Social (IAS) foi estabelecido em 1943 como uma unidade autônoma do *Bureau of American Ethnology*⁷ da *Smithsonian Institution*, era financiado pelo Comitê de Cooperação Cultural e Científica e integrava os esforços do Governo Roosevelt para estreitar as relações culturais com a América Latina por meio da Política da Boa Vizinhança.

O plano de criação de uma instituição inteiramente voltada para a cooperação interamericana na área de ensino e pesquisa em antropologia foi, como já dito, iniciativa de Julian Steward. Formado em biologia e doutor em antropologia pela Universidade da Califórnia, Berkeley, Steward (1902-1972) estava, desde 1935, vinculado ao *Bureau of American Ethnology* onde editava o *Handbook of South American Indians* – de fato, também um empreendimento eminentemente cooperativo ao propiciar a participação de autores de diferentes países do continente.

Ao propor o projeto do IAS ao Departamento de Estado, Steward teria tido como inspiração a experiência do sociólogo norte-americano Donald Pierson⁸ que, desde 1939, estava vinculado à Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo como professor e pesquisador. Em uma carta dirigida a Pierson, Steward faz referência a este fato:

Como eu provavelmente lhe disse anteriormente, a ideia do Instituto de Antropologia Social foi inspirada nos seus maravilhosos resultados em São Paulo. Quando eu propus fazer algo do mesmo tipo em outros países, a ideia pareceu ter amplo apelo e obtido considerável apoio em Washington. Eu não posso pensar em ninguém melhor para conduzir o trabalho no Brasil do que você, já que, se eu compreendi os objetivos e atividades corretamente, você tem feito precisamente o que nós gostaríamos de fazer.⁹

O Instituto de Antropologia Social foi concebido com os seguintes propósitos: expandir as conexões culturais e acadêmicas com as outras nações americanas; promover intercâmbios com instituições latino-americanas de ensino e pesquisa em antropologia; treinar cientistas sociais do continente nos modernos métodos de investigação e análise em ciências sociais; coletar dados sobre a população latino-americana, em especial

sobre grupos indígenas, mestiços e comunidades rurais; e finalmente publicar os volumes do *Handbook of South American Indians*. É interessante notar que os memorandos e relatórios do Instituto consultados ressaltam que os programas em operação não têm impacto econômico ou político direto e nem influem na economia dos países conveniados. A política do IAS é assim definida por Steward:

(...) a proposta é estabelecer Institutos de Antropologia Social cooperativos em alguns daqueles países. Eles trabalhariam sob a direção da *Smithsonian Institution* que, não estando conectada a programas de ação e bem-estar e sendo dedicada a ciência pura preferencialmente do que a ciência aplicada, está em uma posição única para assumir esta função. Embora este programa seja puramente científico fornecerá uma boa base para os programas de ação e bem-estar.¹⁰

Enquanto estive em atividade, o Instituto estabeleceu acordos para o desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa com a Escola Livre de Sociologia e Política, no Brasil; com a *Escuela Nacional de Antropología e Historia*, no México; e com a *Universidad del Cauca* e, também o *Instituto Etnológico*, na Colômbia. Por meio da cooperação com o Peru, o IAS contribuiu para a criação de uma nova instituição educacional naquele país, o *Instituto de Estudios Etnológicos*. Nestes países permaneciam de um a três representantes do IAS, de cada vez, e eles dividiam seu tempo entre as atividades de docência e o trabalho de campo. Assim, o México contou com os antropólogos Ralph Beals e George Foster, com a antropóloga/arqueóloga Isabel Kelly, com os geógrafos Robert West e Donald D. Brand e com o linguista Stanley Newman; o Brasil contou com o sociólogo Donald Pierson e o antropólogo Kalervo Oberg; o Peru recebeu os antropólogos John P. Gillin, Allan Holmberg e Ozzie Simmons, e o geógrafo

Webster McBryde; a Colômbia recebeu o arqueólogo John M. Rowe e o antropólogo Charles Erasmus.

Do ponto de vista das instituições latino-americanas, os convênios também prometiam ser vantajosos uma vez que elas passariam a ter no seu quadro docente, profissionais da prestigiosa *Smithsonian Institution*, e também contariam com recursos adicionais para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, aparelhamento de bibliotecas e edição de livros, por exemplo. Em contrapartida, as instituições locais se comprometiam a fornecer instalações adequadas para as aulas e para os professores. Em certos casos, como no do Brasil, o estabelecimento de tal convênio não deixou de representar um impulso significativo para o processo de institucionalização das ciências sociais.

Por outro lado, o fato do IAS constituir parte de um programa estatal de cooperação científica tinha algumas implicações. Os acordos eram estabelecidos entre as nações por meio de suas respectivas embaixadas, os funcionários do IAS atuando no exterior portavam o estatuto de “representantes do governo dos EUA” (Riess, 2000) e tinham seu trabalho sujeito à avaliação por parte de “inspetores” responsáveis pelas atividades culturais financiadas pelo governo na América Latina.¹¹ Além disso, os diretores do instituto se viam forçados a lidar com as mudanças de prioridades da política externa americana, tendo de enfrentar reduções progressivas no orçamento devido à competição por recursos do Departamento de Estado. Compreensivelmente, a condição dependente e instável do IAS nunca foi apreciada por seus integrantes que tentaram reverter a vinculação tão pronunciada do Instituto com a política, transformando-o em uma unidade permanente da *Smithsonian Institution*. Mas, visto que tais esforços malograram, os cientistas sociais do IAS continuaram obrigados a convencer o pessoal do governo de que as operações do instituto tinham relevância de um ponto de vista estratégico. Ao lidar com a burocracia

de Washington, eles se preocupavam em justificar suas atividades particularmente àqueles que – nas palavras de Donald Pierson – “não estão, de modo algum, interessados na organização de instituições na América Latina, mas que podem ter algum interesse em projetos de pesquisa, especialmente naqueles que supostamente podem contribuir para as necessidades básicas dos EUA”.¹²

Ou seja, o papel na promoção das relações culturais entre nações vizinhas, embora pudesse justificar a manutenção das operações do IAS segundo uma política genuinamente comprometida com a expansão da cooperação interamericana e com o desenvolvimento cultural e científico local, na prática, não representava uma justificativa suficiente frente à pressão de interesses econômicos e de uma política de construção de hegemonia mais agressiva. Atentos a esta situação, alguns antropólogos ao relatar suas atividades ao diretor do IAS – considerando que estas seriam posteriormente reportadas ao Departamento de Estado – acentuavam sua suposta contribuição para a ampliação da influência dos EUA nos campos da cultura, ciência e educação nos países em que atuavam. A leitura dos relatórios e memorandos do IAS, assim como da correspondência trocada entre antropólogos e diretores do instituto, revelou um constante esforço para demonstrar o impacto das atividades em curso e também para convencer acerca do papel prático da antropologia.

Exemplar neste sentido é o memorando “Alguns valores práticos da Antropologia” que defende a aplicação do conhecimento antropológico de povos, grupos sociais e culturas específicas ao planejamento e à política de intervenção tendo em vista a resolução dos problemas atuais enfrentados pelas sociedades modernas. Tal memorando menciona que estudos etnográficos, linguísticos e antropométricos vinham se revelando úteis, nos Estados Unidos, nos casos, por exemplo, de programas de colonização e realocação de populações rurais conduzidos pelo Departamento de Agricultura; de políticas

educacionais e de saúde pública; e de projetos de reforma e incremento da dieta alimentar dirigidos tanto à população americana em geral quanto aos grupos indígenas. A aposta era que os estudos ajudassem a entender como as inovações afetavam a organização social, o sistema cultural e o modo de vida dos grupos atingidos, e pudessem, desta forma, contribuir para a eficácia das intervenções, para o aumento da capacidade de adaptação às mudanças e para a minimização do impacto que essas acarretam.¹³

Todavia, embora o IAS demonstrasse a preocupação em afirmar a pertinência de suas atividades de um ponto de vista prático e político, seu programa de pesquisa era essencialmente acadêmico, e não orientado para a ação. Dentro da agenda patrocinada pelo IAS ganharam centralidade os estudos de comunidade. Grande parte dos pesquisadores do Instituto produziu trabalhos desta natureza¹⁴ e alguns dirigiram projetos de investigação que promoveram a realização de vários estudos de comunidade dentro de uma determinada região. Notadamente, projetos deste tipo contemplavam com mais frequência um sentido aplicado, como foi o caso do pioneiro Projeto Tarasco, desenvolvido no México entre 1940-1947, com o objetivo de mapear quem era e onde estava um dos maiores grupos indígenas do México, assim como de investigar as especificidades da cultura Tarasco, seu crescimento e transformação, identificar os possíveis fatores da mudança social do grupo e fornecer subsídios para o enfrentamento dos problemas administrativos da área. O Projeto contava com o apoio da Universidade da Califórnia dos EUA, do Departamento de Assuntos Indígenas e da Escola de Antropologia e constituía um programa de pesquisa multidisciplinar que abarcava antropologia aplicada, linguística, arqueologia, etnologia, história, antropologia física, geografia, economia, biologia, análise topográfica, prevendo até estudos epidemiológicos.

Algumas das tendências anunciadas pelo Projeto Tarasco como a pesquisa interdisciplinar, programada, de longa duração e de caráter regional; a colaboração de cientistas e estudantes de diferentes países, e a

orientação aplicada, de fato, posteriormente estiveram em alta, como atestam os programas de investigação que, ao longo da década de 50, seguiram (e expandiram) tal modelo, como o Projeto Cornell-Vicos, o Projeto Bahia-Columbia, o Projeto Porto Rico e o Projeto Harvard-Chiapas (Foster et al., 1979).

De todo modo, a despeito das tentativas dos integrantes do IAS de legitimar seu trabalho junto ao governo, eles não conseguiram evitar o corte de verbas para o ano de 1948 – episódio que agravou a situação financeira do instituto e determinou a redução de seu quadro de pesquisadores. George Foster, que havia assumido a direção do IAS em 1946, substituindo Julian Steward, menciona que a escassez de recursos passou a comprometer as atividades do instituto. A partir de então, cresceu a incerteza quanto ao futuro do IAS (Riess, 2000).

Cabe aqui abrir parênteses para lembrar que, com o fim da guerra, o Departamento de Estado passou a rever os programas de ajuda externa lançados dentro dos esforços de guerra e que a existência dentro do governo de defensores dos programas cooperativos de longa duração não impediu que projetos encolhessem e iniciativas fossem abandonadas. Em 1946, por exemplo, o Escritório do Coordenador de Assuntos Interamericanos acabou extinto e foi necessário um processo de negociação para garantir a sobrevivência do Instituto de Assuntos Interamericanos responsável pelos serviços cooperativos de saúde pública (Campos, 2006). Não podemos deixar de levar em conta que no período, a Europa tinha prioridade na política externa norte-americana e que um montante formidável de dólares foi investido na reconstrução do velho continente por meio do Plano Marshall. Neste contexto, a política da Boa Vizinhança perdeu força e a América Latina só voltaria a receber uma considerável atenção no governo Truman, com o lançamento, em 1949, do Programa do Ponto IV, um programa de ajuda econômica e assistência técnica com

o propósito de transferir capital, ciência e tecnologia moderna da nação mais rica e poderosa do planeta para os países pobres.

Com o Ponto IV, foi estabelecida uma nova agenda para os programas de cooperação internacional. O Comitê Interdepartamental de Cooperação Científica e Cultural acabou dissolvido e isto deixou a posição do IAS dentro do Departamento de Estado ainda mais precária. O provável é que tenha se tornado cada vez mais difícil manter projetos de ensino e pesquisa básica em um contexto em que a assistência externa passava a estar focada no desenvolvimento. Consequentemente, as atividades do IAS foram submetidas a uma reorientação: elas deveriam se aproximar do modelo das ciências sociais aplicadas.

O diretor interino do IAS durante o ano de 1949, Gordon R. Willey,¹⁶ elaborou dois memorandos “Antropologia e o Programa do Ponto IV” e “Integração do Instituto de Antropologia Social com as Metas Antropológicas do Programa do Ponto IV”, nos quais discute como a abordagem antropológica pode oferecer uma contribuição em potencial para o desenvolvimento dos programas de ajuda econômica patrocinados pelo Ponto IV. Os relatórios abordam o impacto social e cultural dos programas de desenvolvimento, a pertinência da antropologia, a diferença entre antropologia básica e aplicada, o papel do IAS para o avanço da pesquisa básica e a integração da antropologia ao Ponto IV. Willey defende que:

O antropólogo é treinado em um ponto de vista trans-cultural ou de comparação entre culturas. O relativismo cultural é a base desta metodologia. Por causa de sua perspectiva científica a antropologia e os antropólogos podem fazer uma contribuição construtiva, prática e definitiva nas situações envolvendo o contato de culturas que são estrangeiras uma da outra. Isto é diretamente pertinente para os programas do Ponto IV e os

efeitos traumáticos que eles terão entre os povos tecnologicamente subdesenvolvidos e culturalmente distintos do mundo. A antropologia não oferece uma panaceia nem uma chave singular que abrirá todas as portas. Ela deve operar em equipe com economistas, agrônomos, educadores e outros profissionais. Sua perspectiva totalmente cultural e *cross-cultural*, no entanto, é indispensável.¹⁷

No tocante ao IAS, o autor ressalta o papel do instituto no fortalecimento das instituições educacionais locais e na formação de estudantes e pesquisadores, indicando que seria recomendável que este mantivesse suas operações regulares de ensino e pesquisa básica nos países conveniados e que colaborasse com o Ponto IV quando solicitado. Nos relatórios também é desaconselhada a fusão do IAS ao Ponto IV. Há ainda a sugestão de que o departamento responsável pela nova política de ajuda externa deveria contratar seu próprio quadro de antropólogos para fazer pesquisa aplicada e prestar consultoria.

Com efeito, a equipe do Instituto de Antropologia Social não manifestou muito entusiasmo em se submeter à agenda do Ponto IV. Os antropólogos esperavam manter seu estilo de trabalho mais focado na docência e na pesquisa básica e pareciam apreensivos quanto à proposta de mudança que não deixava de representar uma ameaça à sua autonomia na escolha dos temas de investigação e que os tornaria mais comprometidos com o atendimento das demandas colocadas pelo governo.¹⁸ Em que pese tais reservas, face à falta de bons prognósticos quanto ao futuro do IAS e à precariedade da posição deste na política do Departamento de Estado, a vinculação do instituto ao programa do Ponto IV não foi descartada enquanto possibilidade de obtenção de fundos para manter as operações da entidade.

Pelo contrário... No relatório de atividades do Instituto do período de julho a dezembro de 1949, somos informados que:

A reorientação do trabalho de campo em direção a programas de ‘ação’, como mencionado no relatório prévio tem prosseguido devagar, mas progressos têm sido feitos. Àquela tem sido conduzida à luz dos planos de desenvolvimento econômico do Ponto IV em uma tentativa de demonstrar a flexibilidade e eficiência das instalações de campo do Instituto de Antropologia Social para trabalhos antropológicos deste tipo. Problemas nutricionais e agrícolas estão sendo considerados no México, e naquele mesmo país o meio ambiente natural e os problemas sociológicos em torno das moradias tropicais têm sido analisados em um relatório preliminar.¹⁹

Em setembro de 1950, George Foster volta à direção do IAS e apresenta aos representantes do Departamento de Estado e do Instituto de Assuntos Interamericanos/IAIA uma proposta para que os antropólogos atuando no Brasil, México, Colômbia e Peru realizem estudos etnográficos sobre os programas cooperativos de saúde patrocinados pelos Estados Unidos nestes países.²⁰ As negociações avançam em Washington. Os pesquisadores procedem à avaliação dos Serviços Cooperativos de Saúde Pública e o relatório é oferecido para a apreciação dos dirigentes do IAIA. A correspondência trocada entre a equipe do IAS no período indica o quanto a situação do instituto dependia do apoio dos burocratas interessados na assistência antropológica. Neste sentido, Foster explica a Ozzie Simmons que:

Hyde²¹ é um homem chave em nosso projeto já que o IAIA é a unidade do Ponto IV mais bem sucedida e que reconhecidamente tem feito um trabalho melhor do que qualquer outra agência deste tipo. Portanto, se eles estiverem convencidos a nos comprar – como eles parecem estar – sua recomendação como parte do programa do Ponto IV será extremamente útil.²²

Negociações também foram conduzidas entre os antropólogos em campo e os diretores do IAIA nos países conveniados, sendo que em alguns casos, como no do Peru, elas não avançaram muito, e já em outros, como no caso do Brasil, teriam sido bem sucedidas. Após as primeiras investigações conduzidas por Kalervo Oberg, o Chefe da Missão Técnica do IAIA no Brasil, Eugene Campbell, escrevia:

O relatório do Dr. Oberg sobre nossos serviços de saúde em Colatina e Cametá despertou um grande interesse aqui no Sesp e nós desejamos aproveitar a oportunidade para agradecê-lo e à Smithsonian Institution por tornar este trabalho disponível. Em adição às vantagens que o programa desenvolvimentista do Ponto IV indubitavelmente irá colher de todo o projeto sócio-antropológico, nós sentimos que o estudo do Dr. Oberg tornará possível para nós, aqui no Brasil, fazer um trabalho melhor no futuro. De fato, nós ficamos tão interessados que desejamos solicitar os serviços do Dr. Oberg em uma área onde estamos desenvolvendo um programa cooperativo que envolve agricultura, educação, saúde e transporte. O contrato do projeto que segue anexado fornecerá um resumo da abordagem usada.²³

Nesse ínterim, contudo, o Departamento de Estado decidiu retirar definitivamente o apoio ao IAS no final de 1951. As operações do Instituto foram mantidas até setembro de 1952 sob os auspícios do IAIA que também encomendou mais *surveys* sobre seus programas de saúde. Após aquela data, Isabel Kelly, Ozzie Simmons, Kalervo Oberg e Charles Erasmus foram incorporados ao quadro de funcionários do IAIA, assinalando o fim do IAS. Donald Pierson permaneceria ligado à Escola de Sociologia e Política, até deixar o Brasil pouco tempo depois, devido a problemas de saúde. Foster assumiria o posto de professor na Universidade da Califórnia, Berkeley.

O Instituto e a antropologia aplicada

As pesquisas realizadas sob encomenda do Instituto de Assuntos Interamericanos quando o IAS ainda estava atuante foram sumarizadas por Foster no relatório “Uma análise antropológica transcultural de um programa de ajuda técnica”. O relatório contempla dados compilados por meio de *surveys*, entrevistas e observação participante sobre a recepção por parte da população local de alguns dos centros de saúde do IAIA em operação no Brasil, Peru, México e Colômbia. Este trabalho ao lado daqueles realizados posteriormente por Isabel Kelly, Ozzie Simmons, Kalervo Oberg e Charles Erasmus desbravaram um novo campo de aplicação para a antropologia norte-americana: a saúde internacional (Foster, 1951).²⁴

Todavia, o reconhecido pioneirismo do trabalho dos antropólogos norte-americanos no campo da assistência técnica em saúde se deveu menos à convicção quanto aos méritos da pesquisa aplicada e mais a uma conjuntura que condicionava a oferta de recursos para pesquisa à demonstração de sua utilidade prática segundo os imperativos do desenvolvimento. A correspondência dos membros do IAS revelou que o crescente interesse em antropologia aplicada esteve, ao menos em um primeiro momento, intimamente relacionado à dependência do Instituto quanto aos fundos fornecidos pela nova política federal. Em outros termos, ao demonstrar que tanto os dados coletados pelos antropólogos quanto as atividades deles na América Latina eram úteis ao planejamento e execução de programas de ação do governo na região, o IAS se tornaria elegível para receber recursos federais que eram essenciais à sua sobrevivência. Os cientistas sociais da *Smithsonian Institution* pareciam preocupados, em primeiro lugar, com a continuidade das operações originais do Instituto, tais como ensino e pesquisa básica e, somente secundariamente, interessados na produção de conhecimento útil. A

hesitação deles contraria a imagem frequentemente difundida do antropólogo como prontamente disposto a colaborar com autoridades governamentais, coloniais e imperiais.

É fato que o IAS já nasceu com uma acentuada vulnerabilidade com relação às diretrizes políticas e econômicas do Departamento de Estado, o que, evidentemente, representava limitações do ponto de vista da neutralidade e da autonomia pressupostas para a realização do trabalho científico. Os cientistas sociais tinham de defender, junto a burocratas, a suposta contribuição estratégica de suas atividades para a política cultural dos EUA com relação à América Latina. Todavia, isso não teria implicado em uma ingerência externa direta na definição da agenda de pesquisa do instituto, ao menos não até a dissolução do Comitê Interdepartamental de Cooperação Científica e Cultural, ao qual o IAS estava atrelado, e a imposição do programa do Ponto IV.

Ou seja, a dedicação às atividades de docência e investigação dentro de um instituto de pesquisa cujo compromisso é a promoção da cooperação científica interamericana, por mais que esta pudesse ser manipulada por instâncias políticas em favor de um “imperialismo cultural” ou algo do gênero, não pareceu aos olhos dos antropólogos como algo equivalente a tornar-se parte de um organismo cujo perfil político-burocrático definiria de antemão o objeto e a direção da pesquisa científica, tendo em vista propósitos utilitários e podendo ainda exigir do cientista a dedicação a tarefas eminentemente técnicas em detrimento de atividades propriamente científicas. Foster deixa evidente que os integrantes do IAS operavam com tal distinção ao confessar que:

O maior problema será evitar ser incorporado como parte integral do IAIA e assim perder gradualmente nossa identidade como cientistas em favor da de técnicos sociais. (...) Eu estou fazendo o meu melhor para

nos manter como uma unidade científica distinta cujos membros são nomeados para tarefas específicas pelo IAIA com o propósito de preparar relatórios e fazer recomendações, mas mantendo uma liberdade suficiente que deixe algum tempo para o ensino e a preparação de relatórios científicos para publicação.²⁵

Ao falar em preservar a “identidade de cientista” e a liberdade para lecionar e publicar seus estudos, Foster expõe sua fidelidade àquele “complexo de tom emocional de regras prescrições, costumes crenças, valores e pressupostos que obrigam moralmente os cientistas”, na definição de Merton (1970). O antropólogo não está expressando outra preocupação senão com o usufruto de um grau de isenção com relação às demandas técnicas, políticas e burocráticas que garanta uma pesquisa científica independente, imparcial e passível de aprovação pelos seus pares, daí a importância da publicação. Porém, a pressão para que os estudos sociológicos se orientem pela lógica do Estado para servir ao regime do desenvolvimento acaba por tensionar as normas do “*ethos* científico” e por expor os constrangimentos, demandas e critérios outros, de natureza utilitária e política, que inevitavelmente pesam sobre a produção do conhecimento, mesmo em um contexto moderno e democrático. De todo modo, considero que a resistência inicial à conversão do IAS em um instituto de pesquisa aplicada a serviço dos programas do Ponto IV só vem ilustrar os dilemas e tendências contrastantes que atravessavam a antropologia norte-americana do pós-guerra.

A experiência da Segunda Guerra Mundial marcou uma ruptura com o panorama anterior em diferentes sentidos, mas notadamente, implicou uma mudança no escopo das atividades realizadas pelos antropólogos, assim como uma ampliação das possibilidades no campo profissional. Por

um lado, a exigência de engajamento nos esforços de guerra levou grande parte dos antropólogos em atividade – mesmo aqueles que permaneceram nos campus universitários – a redirecionar seu foco de atuação, a realizar tarefas de alguma forma ligadas à política nacional. Cresceram vertiginosamente as oportunidades de trabalhar para o governo, em agências militares, de inteligência, ou de assistência técnica externa. Este contexto de estímulo aos novos usos do saber antropológico e de impulso às atividades orientadas para a intervenção contribuiu para dar popularidade à antropologia aplicada e certamente para convertê-la em um campo atraente, sobretudo, mas não somente, para jovens profissionais em início de carreira (Beals, 1982; Foster, 1964 e 1974; Ericksen, 2007).

Por outro lado, o pós-guerra testemunhou o aumento do número de postos acadêmicos, com a expansão dos programas de treinamento e pesquisa em antropologia nas universidades, o que garantiu, de acordo com Stocking, que a academia permanecesse como o epicentro do desenvolvimento da antropologia nos Estados Unidos. Ademais, ainda que a experiência da guerra tenha favorecido uma inclinação geral dos antropólogos à engenharia social, no que diz respeito às fontes de reconhecimento dentro do campo da disciplina, o trabalho aplicado seguiu sendo desprestigiado (Stocking, 1992 e 1999).

A vertente da disciplina orientada para a intervenção encontrava um ambiente estimulante em Washington, mas era francamente desencorajada nos principais departamentos universitários como Columbia e Chicago, onde os estudantes recebiam uma formação tradicionalmente orientada para a pesquisa básica. De fato, como relata Stocking, era praticamente só na capital federal que prevalecia a ideia de que a antropologia aplicada constituía um “campo” de alguma forma articulado aos outros quatro campos que integravam a estrutura da disciplina como institucionalizada nos Estados Unidos (Stocking, 1992 e 1999).²⁶ Ainda assim, mesmo os antropólogos atuando em Washington, mas

egressos de departamentos universitários tradicionais como os de Berkeley, Chicago e Harvard, como era, no geral, o caso da equipe do Instituto de Antropologia Social, podiam reagir com conservadorismo, encarar com reserva qualquer distanciamento dos parâmetros de uma ciência pura ou simplesmente não serem conquistados pelas potencialidades da ciência aplicada.

Este cenário ambíguo com respeito à recepção, aderência e desenvolvimento da antropologia aplicada no período pode ser acrescido de mais controvérsia, por meio do relato de Ralph Beals, que nos informa que:

Às vezes, afirma-se que com o fim da guerra os antropólogos dos anos 1940 abandonaram Washington de volta às torres de marfim da academia. Na realidade, a expansão providencial das oportunidades acadêmicas com o encerramento da guerra salvou muitos antropólogos da penúria quando as agências de guerra foram desmanteladas e os quadros das agências permanentes foram reduzidos. Enquanto algumas oportunidades continuaram a se expandir, tais como os vários programas de ajuda tanto dos Estados Unidos como das novas e promissoras agências internacionais, foi ainda mais significativa a expurgação geral de cientistas sociais do governo nos primeiros anos da administração Eisenhower, um fenômeno com paralelos contemporâneos. (...) Preferencialmente que terem deixado Washington, os antropólogos foram expulsos. (Beals, 1982, pp. 15-16).

Foi nesse terreno eivado de contrastes e riscos que a equipe do IAS teve de negociar sua situação e lançar-se em novos caminhos. Neste sentido, o destino dos ex-integrantes da Smithsonian é ilustrativo ainda de uma conjuntura em que o impulso institucional para o avanço da antropologia aplicada não vinha, salvo raras exceções, da estrutura universitária ou de centros de pesquisa, mas dos programas de desenvolvimento e de assistência técnica lan-

çados por agências norte-americanas e organizações internacionais ligadas às Nações Unidas. Nestes programas, implantados nos países do Terceiro Mundo, os antropólogos encontraram oportunidades profissionais e a chance de expandir o campo da disciplina. Atuando em áreas diversas como saúde, saneamento, educação e agricultura, eles integravam equipes multidisciplinares e geralmente eram contratados para realizar *surveys* e pesquisas etnográficas encomendadas, atividades de consultoria e assessoria, ou ainda tinham como incumbência servir de intérpretes da cultura local para os planejadores e técnicos estrangeiros (Bastide, 1979; Foster, 1964 e 1974). Tal foi o caminho trilhado pelo grupo do IAS quando foi decretado o fim deste.

Finalmente, pode-se cogitar se não houve ainda um outro ingrediente a influir no encerramento das atividades do IAS. Recordemos que estava em curso a campanha anticomunista persecutória lançada pelo Senador McCarthy que, na época, atingiu em cheio a academia (Diamond, 1992; Price, 2004). Apesar das correspondências e documentos analisados não indicarem nada de mais concreto neste sentido – exceto por informar que, desde 1950, as contratações de novos cientistas sociais pelo IAS eram monitoradas pelo FBI (*Federal Bureau of Intelligence*) e estavam sujeitas à sua aprovação – é pertinente notar que de um modo geral a comunidade científica e os antropólogos passaram a ser vistos com suspeita. Em 1951, George Foster escrevia: “As coisas têm mudado muito por aqui. Eu mesmo me imagino sendo incluído na lista qualquer manhã. Não apenas eu estive na China, como sou um antropólogo também. Homem perigoso, obviamente”.²⁷

Uma apreensão deste tipo não parece exagerada quando a confrontamos com a reconstrução detalhada oferecida por David H. Price (2004) acerca dos efeitos do macartismo sobre o campo da antropologia, inclusive, no que concerne à criação de uma atmosfera de medo, suspeita e delação a partir das operações de monitoramento e investigação conduzidas pelo FBI. O caso do IAS é apenas um dos exemplos da ingerência que tal agência passou

a exercer nos assuntos internos de universidades e instituições de ensino e pesquisa dos EUA, intervindo não só na contratação de novos professores, cujos nomes eram investigados pela agência, mas também na manutenção ou demissão de possíveis suspeitos de seus postos de trabalho.

Os relatos de Price são esclarecedores também no que diz respeito à vigilância a que estiveram sujeitos eminentes antropólogos como Melville Jacobs, Gene Weltfish, Paul Radin, Oscar Lewis, Cora Du Bois, entre outros, com variados custos profissionais para eles (Price, 2004). Neste sentido, um episódio envolvendo Isabel Kelly do IAS ilustra a presença insidiosa do macartismo. Enquanto estava no México a serviço da *Smithsonian*, ela foi instada pela Universidade de Berkeley, a qual estava associada como pesquisadora colaboradora, a assinar primeiro um juramento de lealdade anticomunista para a Universidade, e depois, um outro para o Estado da Califórnia. Sob protesto, ela assinou o primeiro, mas não o segundo, e solicitou sua remoção do Departamento de Antropologia (Cueto, 2007).²⁸ Por fim, não deixa de ser sintomático do quanto a conjuntura nacional do período podia ser desfavorável a cientistas e intelectuais o fato de Kelly ter estabelecido sua carreira profissional no México, não retornando, senão ocasionalmente, aos EUA.²⁹

Atividades dos representantes da Smithsonian no Brasil

No Brasil, o Instituto de Antropologia Social da *Smithsonian Institution* estabeleceu um convênio com a Escola Livre de Sociologia e Política/ELSP, em 1945, através de Donald Pierson. A ELSP havia sido criada, em 1933, por iniciativa da elite paulista, estabelecendo-se “como um centro de estudos voltado para a compreensão científica da realidade brasileira e que visava formar quadros técnicos qualificados em ciências sociais para atuarem nas nascentes instituições públicas de

planejamento econômico e desenvolvimento social” (Simões, 2001, 14). Tendo em vista tais objetivos, a ELSP procedeu à contratação de professores estrangeiros, dando preferência aos anglo-saxões e norte-americanos por se aproximarem mais da tradição de pesquisa social em áreas urbanas com metodologias inovadoras que a Escola esperava incentivar por aqui. Depois de firmado o convênio com a *Smithsonian Institution*, o sociólogo Donald Pierson que, como vimos, já era professor da ELSP, e o antropólogo Kalervo Oberg tornaram-se os representantes do IAS no país.

As atividades desenvolvidas por ambos se inscrevem no contexto de institucionalização das ciências sociais brasileira. Eles atuaram em uma das instituições de ensino pioneiras neste campo, a qual, ao lado da também recém fundada Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, respondeu pela formação das primeiras turmas de sociólogos e antropólogos do cenário paulista.

A atuação de Pierson na ELSP se destaca devido à extensão do seu comprometimento com esta instituição – foram 16 anos dedicados à docência e à pesquisa no Departamento de Antropologia e Sociologia, tendo ele sido o criador da Divisão de Estudos Pós-Graduados da Escola (a primeira a formar mestres no país) e tendo ele formado e influenciado gerações de pesquisadores (Pierson, 1987).³⁰ O sociólogo também responde, ao lado do alemão Emílio Willems, pela direção de um extenso programa de estudos de comunidade dentro das ciências sociais paulista que levou grupos de estudantes a campo e que culminou com a publicação de um bom número de trabalhos monográficos.³¹

Com a chegada de Pierson em 1939, a ELSP adota uma orientação mais acadêmica e, como salienta Fernando Limongi: “A preocupação em formar elites técnicas cede lugar à insistência em treinar e formar sociólogos profissionais. A necessidade e essencialidade da pesquisa

empírica é mantida. O intervencionismo e a aplicação postergados” (Limongi, 1989, p. 223). Certamente, o plano de formar funcionários técnicos para a carreira administrativa que esteve nas origens da instituição é profundamente alterado pela presença do sociólogo norte-americano, contudo tal reorientação não significa que a Escola tenha excluído peremptoriamente a possibilidade de realização de pesquisa sociológica/antropológica aplicada, tendo como referência o Estado, haja visto o desenvolvimento, sob o comando do próprio Pierson, do Projeto do São Francisco que contou com o patrocínio de uma agência federal – a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) – e acenou com a promessa de produção de conhecimento útil do ponto de vista do planejamento político. Viabilizado pelos esforços pessoais de Pierson e pelo convênio estabelecido entre a ELSP, o Instituto de Antropologia Social da *Smithsonian Institution* e a CVSF, o projeto de estudos de comunidade ao longo do Rio São Francisco comportava um sentido prático; ele se harmonizava com a necessidade do governo de colher dados e informações sobre a população da região onde planejava iniciar um amplo programa de desenvolvimento regional que incluía projetos hidrelétricos, de irrigação e exploração econômica, além da execução de programas sociais e da expansão de serviços públicos. Tendo em vista a finalidade última dos trabalhos de fornecer informações detalhadas da realidade local para orientar as intervenções da agência estatal brasileira, esta solicitou que os estudos conferissem prioridade aos “processos educacionais e à medicina popular” (Pierson, 1972, p. 5).

Ao discutir retrospectivamente o Projeto do São Francisco, Pierson explica que o trabalho correspondeu à etapa mais avançada do seu plano de treinamento de estudantes da ELSP nas técnicas de pesquisa de campo e de formação de sociólogos profissionais. O programa de

estudos de comunidade visava ainda compor um panorama do isolamento e da mudança social em uma grande área (Pierson, 1972 e 1987). Mas, a iniciativa de Pierson atende também a outros fatores, bem conjunturais. A correspondência trocada no ano de 1948 entre Pierson e o diretor do Instituto de Antropologia Social revela que o sociólogo norte-americano já cogitava a realização de *surveys* e pesquisas em regiões supostamente estratégicas segundo os interesses dos Estados Unidos no Brasil. Em uma carta, ele se refere à importância econômica do Vale do São Francisco – uma região cujo potencial para a produção de energia elétrica e para a irrigação seria logo aproveitado pelo governo brasileiro, e menciona também o Vale do Rio Doce, relatando que a área “está atravessando uma mudança social marcante devido à entrada de moderna tecnologia, à rápida mudança na base econômica e às consequentes transformações populacionais, tudo resultante da construção, com o auxílio do governo dos EUA, da grande usina de Volta Redonda, do desenvolvimento da exploração do ferro incrivelmente rico de Itabira e da melhoria do porto de Vitória para escoar a produção. Como você provavelmente sabe, instituições mantidas pelos governos americano e brasileiro colaboraram (e ainda estão colaborando, eu acredito) na região”.³²

As alegações de Pierson devem ser enquadradas na estratégia de assegurar a continuidade das operações do IAS (e no limite, o futuro do próprio pesquisador no Brasil). Como foi discutido previamente, a situação do instituto enquanto um programa de cooperação cultural dentro do Departamento de Estado exigia de seus membros esforços no sentido de convencer a burocracia de Washington da utilidade das atividades dos antropólogos nos países latino-americanos. Podemos encarar como parte destes esforços tanto a escolha do Vale do São Francisco como lócus da pesquisa, quanto o empenho em obter recur-

sos de uma agência estatal para o projeto. Deste modo, não surpreende que, ao receber a confirmação de que a Comissão do Vale do São Francisco assumiria as despesas de campo dos estudantes e assistentes de pesquisa, Pierson não tenha hesitado em rapidamente relatar sua conquista, indicando que tal apoio por parte do Estado brasileiro deveria ser capitalizado em favor da continuidade do IAS. No final de junho de 1951, Pierson escreve a Foster:

Considerando especialmente a substancial redução nos gastos federais este ano sob a nova administração Vargas, o tamanho desta oferta indica bem claramente a significativa quantidade de interesse que agora tem emergido entre o pessoal desta agência federal pelo tipo de estudo que nós estamos equipados para conduzir. Mais que isso, é a primeira vez que uma agência federal no Brasil se convenceu do valor da pesquisa antropológica. Eu estou me apressando em relatar este desenvolvimento na expectativa de que lhe seja útil quando você colocar o caso do IAS para o Departamento de Estado.³³

A par disso, Foster solicita então que Pierson transmita informações sobre os planos do governo brasileiro no Vale do São Francisco e remeta uma declaração da agência brasileira que apoia o projeto de pesquisa atestando a contribuição deste para a transformação do Vale. Atendendo a tal solicitação, Pierson pede a Duarte que compareça à embaixada dos EUA no Brasil e exponha ao Conselheiro para Assuntos Externos: “a) o valor do nosso projeto, e da minha atuação no mesmo, para o Governo Brasileiro; b) os planos da CVSF quanto ao desenvolvimento econômico do Vale; e c) a relação do nosso projeto com o programa de Saúde Pública que o Institute of Inter-American Affairs tem atualmente no Brasil, em colaboração com o Governo Brasileiro”.³⁴

Esta menção feita por Pierson é um indicativo de que houve uma articulação entre o projeto do São Francisco e o programa cooperativo interamericano de saúde pública desenvolvido no Brasil. Mas, se o Sesp aparece como tangencial no projeto de pesquisa dirigido por Pierson, ele ganha centralidade nos estudos do outro pesquisador do IAS vinculado à ELSP. Como vimos, foi Kalervo Oberg quem assumiu a tarefa de avaliar os serviços do Sesp patrocinados pelo IAIA no Brasil e, posteriormente, foi contratado por este instituto. Primeiro, realizou *surveys* sobre os serviços em Cameté e Colatina e depois foi convidado a contribuir com o recém lançado programa de desenvolvimento de comunidade em Chonin de Cima, MG.

Ao justificar a participação do IAS no Projeto Chonin, Oberg reporta que tal projeto iria operar no âmbito do Programa do Rio Doce e ressalta a relevância estratégica deste programa do ponto de vista dos interesses econômicos e geopolíticos norte-americanos. Ele esclarece que os EUA estavam investindo capital e recursos humanos no Vale do Rio Doce a fim de desenvolver as condições educacionais, econômicas e sanitárias que ajudariam a garantir o suprimento da mão de obra necessária à exploração dos minérios estratégicos amplamente disponíveis naquela região. Deste modo, segundo ele:

Este tipo de cooperação entre o ISA e as outras agências americanas ativamente engajadas na elevação dos níveis da educação, economia e saúde de uma população em uma área fornecedora de matéria-prima estratégica de importância vital para o esforço militar dos Estados Unidos parecem se ajustar bem dentro dos propósitos discutidos pelo IAS no último ano, quando a participação do IAS no Ponto-4 esteve sob consideração. Nesta situação, o pessoal do IAS procederia à pesquisa básica e indicaria como os resultados desta pesquisa poderiam

ser aplicados a certos problemas com os quais se confrontam os especialistas envolvidos com a implementação de um programa de ação.³⁵

Além disso, Oberg ressalta que a participação no projeto do Sesp poderia ser coordenada com as atividades da ELSP e que “Estudantes da Escola poderiam ser usados na pesquisa de campo, oferecendo a eles a oportunidade de ganhar treinamento e experiência em campo”.³⁶

O Projeto Chonin correspondeu à primeira experiência de “organização de comunidade” promovida pelo Sesp e contou com o acompanhamento de Oberg, do estudante da Escola de Sociologia e Política Alfonso Trujillo Ferrari e do sociólogo do Sesp José Arthur Rios. Em 1955, Oberg e Rios publicaram os resultados de sua avaliação do programa no livro organizado por Benjamin Paul – o qual se tornou uma espécie de manual de antropologia médica aplicada (Paul, 1955). No artigo, os autores chamam a atenção para o modo como a configuração política, o conflito de interesses e a disputa por poder que marcavam a comunidade afetaram e comprometeram o andamento do programa.

Em 1953, Oberg foi enviado novamente a Chonin para verificar se os programas que haviam sido executados ao longo de dois anos teriam surtido um efeito mais duradouro sobre a comunidade e ele pôde constatar que algumas das novas práticas com respeito à saúde e à higiene, então introduzidas pelo Sesp, foram efetivamente assimiladas pela população.³⁷ Naquele mesmo ano, o Sesp passa a contar com uma Seção de Pesquisa Social dentro da Divisão de Educação Sanitária que é assumida pelo sociólogo José Arthur Rios.

Oberg participou das atividades do IAIA no Brasil até ser incorporado aos quadros da International Cooperation Administration e depois da United States Operations Missions/USOM, permanecendo, assim, envolvido com programas de desenvolvimento no Brasil e em outros países ao longo da década de 50 (Foster e McComb, 1974).

Considerações finais

O Instituto de Antropologia Social da *Smithsonian Institution* patrocinou, em diferentes países do continente, atividades de ensino, formação de pesquisadores e a realização de estudos de comunidade. Exemplo pioneiro da cooperação interamericana em antropologia, o Instituto contribuiu nos processos de profissionalização da disciplina e de rotinização do *field work* nos contextos nacionais em que atuou.

O compromisso primordial era com o cumprimento de uma agenda de pesquisa básica, mas com a reorientação da política americana de assistência externa no pós-guerra e a necessidade de embasar as intervenções a partir do conhecimento científico de sociedades e culturas diferentes, cresceram as demandas para que os cientistas sociais do IAS colocassem a investigação etnográfica a serviço dos programas de bem-estar, saúde e desenvolvimento. A hesitação original e a aderência cautelosa dos integrantes do Instituto às novas condições do trabalho antropológico cederam lugar ao investimento na ampliação do campo profissional da disciplina, mas não deixaram também de representar reações emblemáticas dos impasses no desenvolvimento da antropologia aplicada no período, da controvérsia com respeito à associação desta com a política externa e as agências de desenvolvimento, e também da posição inicialmente subalterna da prática com relação ao *mainstream* da disciplina nos Estados Unidos.³⁸

Por outro lado, a reformulação da pauta do IAS contribuiu para validar seu programa de estudos de comunidade do ponto de vista prático e político. No Brasil, este espírito de valorização do dado etnográfico como subsídio para a intervenção, para a mudança social marcou a iniciativa do Projeto do São Francisco e a realização do estudo sobre Chonin de Cima. Por aqui não cabe falar em antropolo-

gia aplicada como na tradição norte-americana, todavia, nas mencionadas experiências de pesquisa chefiadas por Pierson e Oberg estava em pauta a contribuição das investigações socioantropológicas para o planejamento de políticas médico-sanitárias, de educação e desenvolvimento. Porém, em que pese a influência das novas diretrizes de trabalho do Instituto de Antropologia Social na reorientação do programa de estudos de comunidade conduzido por Pierson e Oberg, a pertinência política de pesquisar o mundo rural e a vida cotidiana das pequenas localidades sob o prisma da mudança já estava colocada na produção pioneira do também professor da ELSP Emílio Willems (ver Lima, 1999) e, de fato, entre os anos 1940 e 1950, acentuou-se a preocupação em fundamentar cientificamente as intervenções através do conhecimento da vida local, estando tal interesse na origem de outras propostas de estudos de comunidade como, por exemplo, a do Projeto Estado da Bahia/Universidade de Columbia e do Programa Cidades Laboratório do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – fossem tais iniciativas fomentadas pela cooperação internacional e por pesquisadores norte-americanos, ou não. Ou seja, de todo modo, tratava-se de uma tendência ampla que diz respeito à própria agenda das ciências sociais brasileira do período e sua conexão com o desenvolvimento.

Notas

- * Este artigo foi escrito com base na minha tese de doutorado, defendida na UNICAMP, sob a orientação da profa. Mariza Corrêa, e que contou com o apoio da FAPESP e da *Smithsonian Institution*.
- 1 A *Smithsonian Institution* foi fundada em 1846, em Washington, D.C., pelo congresso norte-americano com os recursos deixados pelo milionário inglês James Smithson para que os Estados Unidos criassem uma organização para a difusão do conhecimento.
- 2 Ao discutir a elaboração de tais listas, Pamela Henson comenta que: “De uma perspectiva

pós-Guerra do Vietnã, pode parecer estranho que existissem poucas objeções à coleta, em larga escala, de dados sobre indivíduos. Algumas associações profissionais tentaram manter suas próprias listas, preferencialmente que enviá-las para o CSRP, mas aquelas objeções foram superadas. Na atmosfera posterior a Pearl Harbor, tais questões se não eram impensáveis, eram no mínimo impronunciáveis” (Henson, 2000, p. 30).

Esta como as outras citações originalmente em língua estrangeira contidas neste texto foram traduzidas livremente pela autora.

- 3 Wagley to Steward on October 5, 1942. Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution/RISASI 1942-1952, National Anthropological Archives/NAA, Smithsonian Museum Support Center, Suitland, Maryland, Series 5 Areal Subject Files, Folder: Brazil General 1942-51, Box 12.
- 4 Segundo Ira Bashkow, quando Murdock era responsável pela coleta de informações e pela supervisão de assuntos políticos no Pacífico, ele relatou ao então diretor do Instituto de Relações Humanas de Yale “que sua experiência de guerra tinha o convencido ‘da necessidade de vender a ciência social demonstrando sua utilidade prática” (Bashkow, 1994, pp. 181-182).
- 5 Sobre o Escritório do Coordenador de Assuntos Interamericanos, assim como sobre a divisão deste, o Instituto de Assuntos Interamericanos, remeto aos trabalhos de Tota (2000) e Campos (2006).
- 6 Informações coletadas sobre os anos de 1945 e 1946 em “Current Activities of the Interdepartmental Committee on Cultural and Scientific Cooperation in México”, RISASI, NAA, Folder: México General 1944-49, Series 5 Areal Subject Files, Box 13; e “Current Activities of the Interdepartmental Committee on Cultural and Scientific Cooperation in Peru”, RISASI, NAA, Folder: Peru General 1946-51, Series 5, Box 13.
- 7 O *Bureau of American Ethnology* foi criado em 1879 e especializou-se na classificação linguística, descrição física e coleta de dados etnográficos sobre os povos nativos americanos (Hinsley, 1981).
- 8 Donald Pierson (1900-1995) e sua esposa Helen se estabeleceram no Brasil após ele ter concluído seu doutorado na Universidade de Chicago, com a tese “Negroes in Brazil” (1942).
- 9 Steward to Pierson, February 9, 1945. RISASI, NAA, Series 4 Correspondence, Pierson, Donald Correspondence 1946-47, Box 10. A explicação oferecida por Steward não ser concatenada com o fato de que, seguindo a recomendação de Charles Wagley, ele havia primeiramente negociado o estabelecimento do convênio com o Museu Nacional do Rio de

- Janeiro – tentativa que não logrou sucesso dada a recusa de sua diretora Heloísa Alberto Torres. Steward to Heloisa Alberto Torres September 10, 1942, Wagley to Steward October 5, 1942 e Torres to Steward April 19, 1944, RISASI, NAA, Series 5, Brazil General, 1942 – 1951, Box 12.
- 10 Steward, 2-19-43, “Anthropology and the Point IV Program”, RISASI, NAA, Series 1 Annual Reports and Administrative Records 1942-1952, Point IV 1949-52, Box 1.
- 11 Pierson relata a Steward: “Você se interessará em saber que dois ‘inspetores’ das atividades culturais do governo dos EUA na América Latina visitaram São Paulo e que eles gastaram aproximadamente uma hora e meia na Escola Livre, tempo em que eles conheceram o diretor Berlinck, Dr.Oberg, meus primeiros estudantes e atuais colegas Mário Wagner e Octávio Eduardo e alguns dos mais promissores estudantes com quem Oberg e eu estamos particularmente trabalhando, incluindo Fernando Altenfelder Silva, Florestan Fernandes, Carlos Borges Teixeira, Juarez Lopes, Mauricio Segal e Alceu Araujo”. Pierson to Steward on May 20, 1946. RISASI, NAA, Series 4 Correspondence, Pierson, Donald Correspondence 1946-47, Box 10.
- 12 Pierson to George Foster, September 21, 1948. RISASI, NAA, Series 4 Correspondence, Pierson, Donald Correspondence 1948-49, Box 10.
- 13 “Supplementary Memorandum. Some Practical Values of Anthropology”, RISASI, NAA, Series 1, Organizational Records, Annual Reports 1942-1952, Box 1.
- 14 Entre outros trabalhos: Beals, R. L, *Cherán: a Sierra Tarasccan village*. Washington, DC: Inst. Soc. Anthropol. Smithsonian Institution Publication n. 2, 1946. Gillin, John. *Moche: A Peruvian Coastal Community*. Washington, DC: Inst. Soc. Anthropol. Smithsonian Institution Publication n. 3, 1947. Foster, George. *Empire’s children: the people of Tzintzuntzan*. Mexico City: Inst. Soc. Anthropol. Smithsonian Institution Publication n.6, 1948. Pierson, Donald. *Cruz das Almas: A Brazilian Village*. Washington, DC: Inst. Soc. Anthropol. Smithsonian Institution Publication n.12, 1948. Kelly, Isabel and Angel Palerm. *The Tajin Tononac*. Washington, DC: Inst. Soc. Anthropol. Smithsonian Institution Publication n. 13, 1952.
- 15 Gordon R. Willey (1913-2002) foi um dos pioneiros da arqueologia norte-americana. Estudou na Universidade do Arizona e na Universidade de Columbia. Em 1943, foi incorporado aos quadros do *Bureau of American Ethnology*, onde permaneceu até 1950, quando entrou para o Peabody Museu da Universidade de Harvard.
- 16 “Anthropology and the Point IV Program”, RISASI, NAA, Series 1, Point IV 1949-52, Box 1.

- 17 Em uma carta para Isabel Kelly, provavelmente de George Foster, encontramos a seguinte revelação: “Minha suposição é que qualquer arranjo com o Ponto IV será pessoalmente menos atraente para você do que o sistema que nós temos trabalhado no passado. Será mais complicado, mais incômodo e envolve contato com mais Americanos. (...) Eu pessoalmente preferiria acabar tudo”. To Isabel Kelly on August 06, 1951, RISASI, NAA, Series 4 Correspondence, Kelly, Isabel (08/1951-1953), Box 8.
- 18 Report of Program Activities Institute of Social Anthropology, July 1 to December 31, 1949, SCC D-5/38, January 5, 1950, RISASI, NAA, Series 1, Box 1.
- 19 Em carta, Foster relata a Simmons “Minha sugestão para uma análise dos diversos programas de ação nos países em que nós trabalhamos está sendo considerado pelo Departamento de Estado, mas não se chegou a nenhuma decisão. Eu reformulei minha sugestão para lidar somente com projetos de saúde e saneamento, já que eles são os únicos que ocorrem essencialmente de forma similar nos quatro países, lidam diretamente com grande número de populações rurais e incidem sobre um aspecto da cultura que tem recebido mais atenção dos antropólogos do que muitos outros”, in Foster to Simmons on November 28, 1950, RISASI, NAA, Series 4, Correspondence, Simmons, Ozzie 1949-50, Box 10.
- 20 Henry van Zile Hyde era o diretor da Divisão de Saúde e Saneamento do IAIA.
- 21 Foster to Simmons on August 6, 1951, RISASI, NAA, Series 4 Correspondence, Simmons, Ozzie 1951-1961, Box 11.
- 22 Campbell to Pierson on May 21, 1951 attached to Pierson to Foster on May 26, 1951, RISASI, NAA, Series 4 Correspondence, Pierson, Donald Correspondence 1950-8/1951, Box 10.
- 23 Esta história deverá ser abordada em um futuro artigo.
- 24 Foster to Oberg November 23, 1951, RISASI, 1942-1952, NAA, Series 4, Correspondence, Oberg, Kalervo Correspondance 1950-1953, Box 9.
- 25 Foster to Oberg November 23, 1951, RISASI, 1942-1952, NAA, Series 4, Correspondence, Oberg, Kalervo Correspondance 1950-1953, Box 9.
- 26 Tradicionalmente a formação dos antropólogos englobava a antropologia física, a antropologia social, a arqueologia e a linguística.
- 27 Foster to Kelly on August 16, 1951. Box 8, RISASI, NAA, Series 4, Correspondence Kelly, Isabel (08/1951-1953).
- 28 Por meio de Price (2004), ficamos sabendo que incidentes como este haviam se tornado um tanto comuns no período, que diversas universidades passaram a exigir de seus funcionários

a subscrição de declarações de lealdade anticomunista e que, em muitas ocasiões, negar-se a fazê-lo implicava na suspeita de antiamericanismo e até na demissão do envolvido.

- 29 Algo semelhante aconteceu com Robert G. Armstrong que acabou se fixando na Nigéria como pesquisador do Instituto de Estudos Africanos da Universidade de Ibadan após ter sido impedido pelo FBI de assumir um posto acadêmico nos EUA por conta de sua antiga filiação ao Partido Comunista (Stocking, 2004).
- 30 Devido às limitações de espaço, não me deterei nas contribuições de Pierson às ciências sociais brasileira, sobre isso ver o depoimento do próprio Pierson e também Mendoza (2005).
- 31 Para uma relação dos estudos de comunidade produzidos entre 1948 e 1960, consultar o artigo de Guide (1962).
- 31 Para uma relação dos estudos de comunidade produzidos entre 1948 e 1960, consultar o artigo de Guide (1962).
- 32 Pierson to Foster on September 21, 1948, RISASI, NAA, Series 4, Correspondence, Pierson, Donald Correspondence 1948-49, Box 10.
- 33 Pierson to Foster on June 30, 1951, RISASI, NAA, Series 4, Correspondence, Pierson, Donald (1950/8-1951), Box 10.
- 34 Pierson para Duarte, 16 de novembro de 1951. Pasta 63, Fundo Donald Pierson, AEL.
- 35 Proposed Participation of the ISA in the Chonin Project attached to Pierson to Foster on May 26, 1951, RISASI, NAA, Series 4, Correspondence, Pierson, Donald Correspondence 1950-8/1951, Box 10.
- 36 Idem.
- 37 Segundo Oberg: “As pessoas continuavam a usar os novos medicamentos para o tratamento da malária, disenteria, e outras doenças comuns. O programa de educação em saúde havia afetado os hábitos de diversas formas. Algumas pessoas continuavam a ferver e filtrar a água para beber. Pequenas prateleiras com escovas de dente eram um utensílio comum em inúmeras casas. O programa de privadas em particular tinha sido adotado”. No Relatório Final do Sesp 1942-1960 de autoria do superintendente Henrique Maia Penido ao representante da USOM no Brasil, BR. FIOCRUZ-COC/FSESP/A/00/OP/00/127.
- 38 Cabe advertir que de início estes impasses dizem respeito quase exclusivamente à clivagem pesquisa pura x pesquisa aplicada, e, também ao problema da incompatibilidade entre intervenção antropológica a favor da mudança e relativismo cultural. Não se trata ainda de refletir se a mudança é em si desejável; de considerar a autonomia das comunidades alvo; não se

coloca a questão da própria legitimidade dos programas de desenvolvimento, se eles de fato atendem aos interesses e necessidades das populações atendidas – pontos que introduziriam outros dilemas com respeito à aplicação da antropologia.

Acervos e arquivos consultados

Fundo Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, Acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação, Fiocruz, Rio de Janeiro.

Fundo Donald Pierson, Arquivo Edgar Leuenroth/AEL, Unicamp, Campinas.

Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution/RISASI 1942-1952. National Anthropological Archives/NAA, Smithsonian Museum Support Center, Suitland, Maryland.

Bibliografia

1944 *Annual Report of the Board of Regents of the Smithsonian Institution, 1943*, Washington: United States Government Printing Office.

BASHKOW, Ira.

1994 “The Dynamics of Rapport in a Colonial Situation: David Schneider’s Fieldwork on the Islands of Yap”, in: STOCKING JR., George W. *Colonial Situations. Essays on the Contextualization of Ethnographic Knowledge History of Anthropology*, vol. 7. The University of Wisconsin Press.

BASTIDE, Roger.

1979 *Antropologia Aplicada*, São Paulo, Editora Perspectiva.

BEALS, Ralph.

1982 Fifty years in Anthropology. *Annual Review of Anthropology*. vol. 11, 1-23.

REGINA ÉRICA DOMINGOS DE FIGUEIREDO

BRITO BASTOS, Nilo Chaves.

1996 SESP/FESEP: 1942 – Evolução Histórica – 1991, Brasília: Fundação Nacional de Saúde.

CAMPOS, André L. V.

2006 *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960.* Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.

CORRÊA, Mariza (org.).

1987 *História da antropologia no Brasil. Testemunhos. Donald Pierson e Emilio Willems.* Campinas: Editora da Unicamp, São Paulo, Editora Vértice.

CUETO, Marcos.

2007 *Cold War, Deadly Fevers: Malaria Eradication in Mexico 1955-1975.* Washington, D.C.: Woodrow Wilson Center Press and Baltimore, The Johns Hopkins University Press.

DIAMOND, Sigmund.

1992 *Compromised Campus: The Collaboration of Universities with the Intelligence Community, 1945-1955.* New York, Oxford University Press.

ERIKSEN, Thomas H.; NIELSEN, Finn S.

2007 *História da Antropologia.* Petrópolis, Editora Vozes.

FOSTER, George (ed.).

1951 *A Cross-Cultural Anthropological Analysis of a Technical Aid Program.* Washington, D.C., Smithsonian Institution.

1964 *Culturas Tradicionais e o Impacto da Tecnologia.* São Paulo, Editora Fundo de Cultura, (1962).

1974 *Antropología Aplicada.* México, Fondo de Cultura Económica.

FOSTER, G.; McCOMB, M. Kalervo Oberg.

1901-1973. 1974 *American Anthropologist*, vol 76, n. 1, pp. 357-360.

FOSTER, George M. et al. (ed.).

1979 *Long-Term Field Research in Social Anthropology*. New York, Academic Press.

GUIDI, M.L.M.

1962 Elementos de análise dos Estudos de comunidades realizados no Brasil. *Educação e Ciências Sociais*, 10(19), pp. 88-111, jan.

HENSON, Pamela.

2000 “The Smithsonian goes to war: the increase and diffusion of scientific knowledge in the Pacific”, in MACLEOD, Roy M. *Science and the Pacific War*. Great Britain, Kluwer Academic Publishers.

1947 *History of the Office of the Coordinator of Inter-American Affairs. Historical Reports on War Administration*. Washington, United States Government Printing Office.

HINSLEY, Curtis M.

1981 *The Smithsonian and the American Indian. Making a Moral Anthropology in Victorian America*. Washington and London, Smithsonian Institution Press.

LIMA, Nísia Trindade.

1999 *Um sertão chamado Brasil. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro, Revan, IUPERJ, UCAM.

LIMONGI, Fernando.

1989 “A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo”, in MICELLI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1. São Paulo, Vértice; Editora Revista dos Tribunais, IDESP.

MERTON, Robert.

1970 “A ciência e a ordem social”, in *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo, Mestre John.

OBERG, Kalervo; RIOS, José A.

1955 “A Community Improvement Project in Brazil”, in PAUL, Benjamin (ed.).

Health, Culture and Community. Case Studies of Public Reactions of Health Programs. New York: Russell Sage Foundation.

ORTIZ, Renato.

2004 “Taquiografiando lo social”, in *Taquiografiando lo social*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina.

PIERSON, Donald.

1987 “Algumas atividades no Brasil em prol da Antropologia e outras ciências”, in CORREA, Mariza (org). *História da antropologia no Brasil*. Testemunhos. Donald Pierson e Emilio Willems. Campinas: Editora da Unicamp. São Paulo: Editora Vértice.

1972 *O Homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco (Suvale), Ministério do Interior.

PRICE, David H.

2004 *McCarthyism and the FBI's Surveillance of Activist Anthropologists*. Durham and London: Duke University Press.

RIESS, Suzanne B.

2000 “George M. Foster, An Anthropologist's Life in the Twentieth Century: Theory and Practice at UC Berkeley, the Smithsonian, in Mexico, and with the World Health Organization,” an oral history conducted in 1998 and 1999, Regional Oral History Office, The Bancroft Library, University of California, Berkeley.

SIMÕES, Júlio.

2001 “Um ponto de vista sobre a trajetória da Escola de Sociologia e Política”, in KARTON, Iris; MACIEL, Deborah A. e SIMÕES, Júlio Assis. *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação 1933 – 1953*. São Paulo: Escuta.

STOCKING, George W.

1992 *The Ethnographer's Magic and other Essays in the History of Anthropology*. Wisconsin: The University Wisconsin Press.

- 1999 “Do good, young man’: Sol Tax and the World Mission of Liberal Democratic Anthropology” in *Excluded Ancestors, Invention Traditions: Essays toward a more inclusive history of anthropology*. History of Anthropology, vol. 9, Wisconsin: The University of Wisconsin Press.
- 2004 “Antropologia em Chicago: a fundação de um departamento independente – 1923-1929”, in PEIXOTO, Fernanda A.; PONTES, Heloísa; SCHWARCS, Lilia (orgs.). *Antropologias, histórias, experiências*. Belo Horizonte, Ed UFMG.
- TOTA, Pedro.
- 2000 *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da segunda guerra*. São Paulo, Companhia das Letras.
- YANS-MCLAUGHLIN, Virginia.
- 1986 “Science, Democracy, and Ethos. Mobilizing Culture and Personality for World War II”, in STOCKING; Jr. George W. (org.). *Malinowski, Rivers, Benedict and Others. Essays on Culture and Personality*. History of Anthropology, vol. 4, London, The University of Wisconsin Press.

ABSTRACT: This paper is about the history of Smithsonian Institution’s Institute of Social Anthropology, which was an agency in charge of the cooperation involving North-American researchers and Latin-American institutions in the social sciences, between 1943 and 1952. Taking into account the geopolitical context – marked by the war efforts, Good Neighborhood Policy and Technical Assistance and Development Programs – the Institute’s trajectory expresses the interfaces between science and politics and also discloses the tensions between basic and applied research. Besides, the activities, positions and negotiations taken by Institute’s staff illustrate some of American Anthropology’s trends and dilemmas in the post-Second World War. The research program pursued in that moment tells us about the anthropological agenda in the continent. Smithsonian’s anthropologists and sociologists were involved in teaching and researching in Mexico, Peru, Colombia and Brazil, yet this present work focuses on the bilateral agreement with Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

REGINA ÉRICA DOMINGOS DE FIGUEIREDO

KEY-WORDS: social anthropology, North-American technical assistance policy, community studies.

Recebido em abril de 2010. Aceito em julho de 2010.